



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

**TIPO DE AUDITORIA** : **AUDITORIA DE GESTÃO**  
**EXERCÍCIO** : **2010**  
**PROCESSO N°** : **25410.001076/2011-12**  
**UNIDADE AUDITADA** : **250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ**  
**MUNICÍPIO - UF** : **Rio de Janeiro - RJ**  
**RELATÓRIO N°** : **201108818**  
**UCI EXECUTORA** : **CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Senhor Chefe da CGU-Regional/RJ,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108818, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DE CANCER - RJ.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 01/04/2011 a 07/04/2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

Não foram realizadas as análises previstas no item 13, Parte A – Conteúdo Geral, Anexo III da Decisão Normativa TCU n.º 110/2010 (avaliação objetiva da posição patrimonial e financeira da entidade, ressaltando os aspectos de confiabilidade das informações e a aderência às normas em vigor), conforme orientação contida no Ofício TCU/ADPLAN n.º 01/2011, de 13/01/2011.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no Processo de Contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pela DN-TCU-110/2010.

4. Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

### **4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão**

Até 31/12/2010, o total executado pelo Instituto Nacional de Câncer (INCA), excluídos os gastos

com pessoal, somava R\$ 319.759.206,42 (trezentos e dezenove milhões, setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e seis reais e quarenta e dois centavos), distribuídos da seguinte forma entre os programas, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Execução da Despesa por Programa de Trabalho

Programa	Título	Execução (R\$)	%
0016	Gestão da Política de Saúde	149.192,49	0,05
1220	Assistência Hospitalar e Ambulatorial Especializada	311.519.958,28	97,42
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-graduação e da Pesquisa	90.055,65	0,03
1444	Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	6.500.000,00	2,03
1446	Implementação da Política de Promoção da Saúde	1.500.000,00	0,47
Total		319.759.206,42	100,00
Fonte: SIAFI Gerencial, posição dezembro/2010.			

O programa mais relevante para o INCA e também com o maior volume de recursos executados é o 1220 (Assistência Hospitalar e Ambulatorial Especializada), que tem como objetivo "ampliar o acesso da população aos serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde, na busca da equidade, da redução das desigualdades regionais e da humanização de sua prestação", conforme consta no Volume II (Consolidação dos Programas de Governo) da Lei n.º 12.214/2010.

A seguir, são descritas, nos quadros abaixo, as ações deste programa em que houve execução de despesas, com suas respectivas metas físicas e financeiras.

Quadro 2 - Ação 8585

INCA					
Programa 1220 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Especializada					
Ação 8585 - Atenção à saúde da população para procedimentos em média e alta complexidade					
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Financeira (R\$)	81.770.000,00	81.770.000,00	100,00-	-	-

Fonte : Relatório de Gestão.

Conforme Relatório de Gestão, esta ação tem a finalidade de “viabilizar, de forma descentralizada, a Atenção à Saúde da População nos Estados e Municípios habilitados em Gestão Plena”, sendo realizada por meio do repasse direto de recursos financeiros, transferidos fundo a fundo, para o custeio de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no SUS, segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pactuados com os demais gestores do SUS.

Quadro 3 - Ação 8758

INCA					
Programa 1220 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Especializada					
Ação 8758 - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia					
Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física (Somatório do número de	268.500	246.711	91,9	Segundo o Relatório de Gestão (fls 45), o fato de o INCA	Revisão da meta e gestão conjunto ao Ministério do

atendimentos em Triagem, Triagem Especializado, Consultas Médicas, Visitas Médicas Domiciliares HC IV e Quantidade Mensal de Internações.)				atender aos casos de maior complexidade e com maior período de internação e carência de mão-de-obra levaram ao não alcance da totalidade da meta física.	Planejamento, Orçamento e Gestão para abertura de novos postos de serviço.
Financeira (R\$)	226.106.420,00	225.808.452,05	99,9	-	-

Fonte : Relatório de Gestão.

Esta ação tem como finalidade “operacionalizar as ações nacionais de articulação, regulação, assessoria técnica, ensino e pesquisa na área do câncer, atendimento qualificado e integral aos pacientes de câncer das unidades hospitalares do INCA e transferência de conhecimento técnico-científico e gerencial gerado no Instituto, para os órgãos e instituições que lidam com câncer no país”, conforme Relatório de Gestão (fls 44).

Embora a meta física tenha alcançado 91,9%, a Entidade informou que buscará reavaliar a meta de 2011 por força dos fatos que prejudicaram o atingimento total da meta.

Cumprir destacar que foi constatada a utilização de recursos da ação para pagamento de despesas com locação de mão-de-obra terceirizada da Fundação Ary Frauzino, por meio do Contrato n.º 151/2008, que não se traduziu em aumento de força de trabalho, pois houve contratação de cargos já existentes na estrutura do INCA e pagamento de servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na Entidade, todos de dedicação exclusiva, sendo evidenciado para esses casos que os serviços contratado não foram efetivamente prestados, o que impactou indevidamente a execução financeira da ação 8758, contribuindo para o distanciamento de 8% em relação à execução física.

#### 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

O Relatório de Gestão 2010 aponta, às fls. 85 a 94, 25 (vinte e cinco) indicadores utilizados como ferramentas gerenciais. Foram analisados e avaliados 17 (dezessete) indicadores utilizados no INCA. Concluímos que os indicadores analisados atendem aos critérios de utilidade, pois são utilizados como referência para as tomadas de decisão, a exemplo dos indicadores "Internações", "Cirurgias Realizadas", "Consultas Clínicas Realizadas", "Transplantes de Medula Óssea" que servem para otimizar o atendimento do público e remanejar recursos. Os indicadores analisados atendem também aos critérios de mensurabilidade, uma vez que são facilmente medidos, guardando complexidade proporcional ao objeto de medição, ou seja, para indicadores simples há medições diretas originárias de simples aferição/contagem e para indicadores complexos há cálculos que podem se utilizar de outros indicadores. Os dados são originários de sistemas e são fornecidos tempestivamente por agente competente.

Quadro 4 - Análise dos Indicadores

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	É Útil ao Gestor?	É Mensurável?
Percentual de RHC com base enviada para o integrador RHC (RHC Brasil)	Avaliar a adesão e a utilização do Integrador RHC	$(\text{n}^\circ \text{ de RHC em CACON em atividade operacional com base consolidada de dados, com envio dessa base para o integrador RHC} / \text{n}^\circ \text{ total de CACON com RHC em atividade operacional}) \times 100$	Sim	Sim
Percentual de RCBP com informação consolidada	Avaliar a produção de informações pelo RCBP	$\% \text{ de RCBP, sob a gerência direta do INCA, com informações consolidadas (a partir do ano calendário de 1998) / n}^\circ \text{ total de RCBP em atividade operacional} \times 100$	Sim	Sim
Estoque obsoleto	Medir o valor dos estoques obsoletos (fora de uso) mantidos na Instituição	$[\text{total (em reais) dos itens obsoletos} / \text{total de estoques}] \times 100$	Sim	Sim
Percentual do valor comprado em caráter emergencial – Modalidade 24-IV	Medir o percentual do valor comprado em caráter emergencial em relação ao total comprado	$[\text{total comprado em regime emergencial (24-IV)} / \text{total comprado}] \times 100$	Sim	Sim
Tempo médio total de trâmite de processos – Modalidade pregão	Medir o tempo médio dos processos de compras, Modalidade pregão	Tempo em dias entre a abertura e liberação dos processos do mês, por modalidade de pregão/nº de processos, por modalidade de pregão	Sim	Sim
Disponibilidade de equipamentos críticos	Monitorar a produção dos equipamentos críticos das áreas de Radioterapia, Radiologia e Medicina Nuclear	Média das disponibilidades individuais apuradas no sistema Dinamus	Sim	Sim

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	É Útil ao Gestor?	É Mensurável?
		Disponibilidade (%) = [Tempo (em horas) do período analisado – Tempo (em horas) de equipamento parado / Tempo (em horas) do período analisado] * 100%  Critério adotado a partir de novembro/2010		
Percentual de processos emergenciais Modalidade 24 IV	Medir o percentual de processos emergenciais em relação ao total dos processos emitidos	[total de processos abertos em regime emergencial (24-IV) / total de processos no período] x 100	Sim	Sim
Internações	Acompanhamento da produção de internação hospitalar	Somatório das internações	Sim	Sim
Cirurgias realizadas	Acompanhamento da produção cirúrgica	Somatório das cirurgias realizadas	Sim	Sim
Consultas clínicas realizadas	Acompanhamento da produção ambulatorial	Somatório das consultas médicas	Sim	Sim
Transplantes de Medula Óssea	Acompanhamento da produção de transplantes de medula óssea	Somatório de transplantes de medula óssea (autólogos, não aparentados)	Sim	Sim
Número médio de artigos publicados em revistas científicas indexada ao ano, por pesquisador	Verificar se o indicador e a meta estão alinhados aos critérios da CAPES	Quantidade de trabalhos publicados em revistas indexadas Qualis A / nº de pesquisador	Sim	Sim

Nome do Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula de Cálculo	É Útil ao Gestor?	É Mensurável?
Formação de Recursos Humanos em Pesquisa	Formar profissionais para a pesquisa oncológica	Quantidade de alunos orientados, por programas de pós-graduação do INCA	Sim	Sim
Taxa de Ocupação – TO	Verificar a padronização da nomenclatura no censo hospitalar, de acordo com a Portaria 312	Relação percentual entre o nº de pacientes-dia e o nº de leitos-dia em determinado período	Sim	Sim
Tempo média de permanência – TMP	Verificar o atendimento à Portaria nº 1703 GM, que estabelece os parâmetros de avaliação de desempenho dos hospitais de ensino	Nº de dias de permanência total no mês em relação ao total de internações hospitalares mês	Sim	Sim
Taxa de mortalidade hospitalar	Verificar a padronização da nomenclatura no censo hospitalar, de acordo com a Portaria 312	Relação percentual entre o nº de óbitos ocorridos em pacientes após 24 horas de internação e o nº de pacientes que tiveram saída do hospital, em determinado período	Sim	Sim
Taxa de cirurgia suspensa (Centro Cirúrgico)	Avaliar o processo de marcação de cirurgias nos centros cirúrgicos	(número de cirurgias não realizadas no mês / Número de cirurgias programadas no mês) * 100	Sim	Sim

Fonte: Relatório de Gestão 2010

Observação: Os indicadores referem-se à Ação 1220/8758

Quanto aos critérios de confiabilidade, validade, simplicidade, mensurabilidade e utilidade, concluímos que os indicadores analisados atendem a esses critérios.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

O sistema de controle interno da Unidade não dispõe de um órgão que concentre as demandas, ficando disperso por entre os órgãos que a compõem, conforme competências designadas na Portaria n.º 2.123-GM/2004 de 07/10/2004 .

De acordo com seu Relatório de Gestão, os gestores do INCA consideram seu controle interno como mediano quanto à avaliação desse sistema, visto que as respostas ao Quadro XXIX – Estrutura de Controles Internos da UJ – enquadraram-se a uma curva “ABC” com doze dos trinta aspectos considerados “Neutros”, nove aspectos considerados como “Totalmente válidos” e “Parcialmente válidos” e os outros nove aspectos como “Totalmente inválidos” ou “Parcialmente inválidos”.

Sua comunicação institucional é realizada por meio de e-mails institucionais, há edição de portarias visando a padronização de procedimentos. Há fragilidades na comunicação interna, segundo memo n.º 03 COPLAN/DG/INCA de 12/04/2011, o “quadro é agravado pela dispersão das unidades de serviço da instituição por 19 endereços diferentes, fragmentação esta que repercute negativamente nos processos institucionais. As dificuldades em termos de comunicação interna e informação já são conhecidas e identificadas pelos níveis decisórios, incluindo a Direção Geral.”

Há procedimentos e normas formalizadas, pois, no processo de acreditação hospitalar, foi construído um sistema informatizado de normalização de processos, disponibilizado na intranet, de livre acesso aos funcionários, onde estão definidas normas administrativas, instruções de serviço, procedimentos operacionais padrão de diferentes áreas/serviços, condutas clínicas, etc.

No setor de licitações há segregação de funções e o auxílio de assessoria jurídica com relação aos normativos, embora ocorram fragilidades neste setor.

Na área de recursos humanos há segregação de funções, porém foram verificadas fragilidades em seus controles.

Em relação à avaliação dos riscos, ressalta-se que a Instituição prioriza a avaliação de riscos na atividade-fim, assim os fatores de risco mais comuns no seu ambiente são os agentes biológicos, físicos e químicos. Conforme memo n.º 03/COPLAN/DG/INCA de 12/04/2011, “não existe um mapeamento dos riscos por objetivo. Procura-se buscar informações, de forma contínua, porém não sistemática, que possam se tornar obstáculos ou oportunidades na execução das principais atividades da Instituição.”

Cumprir informar que, em 2010, foram instaurados 70 (setenta) processos de sindicância para apuração de fraudes e desvios.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

No exercício de 2010, a Unidade Jurisdicionada não recebeu nem concedeu transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou quaisquer outros instrumentos congêneres.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ



Para verificação da regularidade das licitações e contratações realizadas em 2009, abrangendo a avaliação da modalidade e tipo de licitação utilizada, a composição formal dos processos e o correto enquadramento das dispensas e das inexigibilidades, foi selecionada uma amostra não probabilística que consistiu de 26 processos, no valor de R\$ 52.409.698,53 (cinquenta e dois milhões quatrocentos e nove mil seiscientos e noventa e oito reais e cinquenta e três centavos), representando, em termos de valor, 21,6% do total contratado e, em termos de quantidade, 4,2% do total de processos.

Quadro 5 - Montante auditado, por modalidade de aquisição

Modalidade de Licitação	Valor (R\$) Empenho Liquidado	% sobre o total	Montante Auditado (R\$)	% Auditado
Convite	36.229,50	0,0	0,00	0,0
Tomada de Preço	136.321,92	0,1	0,00	0,0
Concorrência	30.193.932,49	9,4	1.589.843,44	5,3
Pregão	167.587.252,44	52,4	3.183.260,83	1,9
Dispensa de licitação	95.671.867,76	29,9	2.642.645,74	2,8
Inexigibilidade	17.066.144,80	5,4	3.140.116,30	18,4
Não se aplica	9.041.487,72	2,8	1.880.742,25	20,8
Suprimento de fundos	25.969,79	0,0	0,00	0,0
TOTAL	319.759.206,42	100,0	12.436.608,56	3,9
Fonte: SIAFI e processos analisados				

Quadro 6 - Detalhamento da amostra da auditoria

N.º da Licitação	Contratada	Valor Liquidado (R\$)	Oportunidade e Conveniência do motivo da licitação	Modalidade de Licitação	Fundamento da dispensa	Fundamento da inexigibilidade
092/2010	Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda – 61282661/0001-41  Blausiegel Indústria e Comércio Ltda – 58430828/0001-60  Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda – 44734671/0001-51  PH Distribuidora de Produtos Hospitalares Ltda – 00324920/0001-65  TCA Farma Comércio Ltda – 73679623/0001-06	528.363,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
126/2010	Residuo All de Copacabana Serviços de Biossegurança Ltda – 00832221/0001-26	168.000,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
062/2010	Ibrowse Consultoria e Informática Ltda – 02877566/0001-21	547.740,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
164/2010	Serquip Tratamento de Resíduos MG Ltda- 05266324/0001-90	0,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
115/2010	Delta-X Comércio, Representação e Serviços Ltda – 40223695/0001-95  Biosystems Comercial, Importadora e Exportadora de Equipamentos para	204.684,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA

N.º da Licitação	Contratada	Valor Liquidado (R\$)	Oportunidade e Conveniência do motivo da licitação	Modalidade de Licitação	Fundamento da dispensa	Fundamento da inexigibilidade
	Laboratório Ltda – 82296062/0003-19  Trisima Comércio e Representação de Produtos Cirúrgicos de Três Rios Ltda – 73739864/0001-01  Specialab Produtos de Laboratórios Ltda – 09258809/0001-92					
158/2010	Ambientis Auditoria e Radioproteção Ltda – 00780616/0001-22	56.796,74	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
140/2010	CEI Comércio Exportação e Importação de Material Médico Ltda – 40175705/0001-64  CBS Médico Científica Comércio e Representações Ltda – 48791685/0001-68	870.344,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
087/2010	Fujicom Comércio de Materiais Hospitalares e Importação Ltda – 02323120/0001-55  E.Tamussino e Cia Ltda – 33100082/0001-03  Eptica Medical Devices Ltda –  01280030/0001-61	266.718,00	Adequada	NA	Adequado  Art 24 IV Lei 8666/93	NA
024/2010	Alert Serviços de Licenciamento de Sistemas		Adequada	NA	NA	Adequado

N.º da Licitação	Contratada	Valor Liquidado (R\$)	Oportunidade e Conveniência do motivo da licitação	Modalidade de Licitação	Fundamento da dispensa	Fundamento da inexigibilidade
	de Informática para a Saúde Ltda – 09239118/0001-41	390.320,00				Art. 25, caput, Lei 8666/93
011/2010	Comissão de Energia Nuclear – UG/Gestão 113202/11501	475.775,60	Adequada	NA	NA	Adequado Art. 25, I, Lei 8666/93
052/2010	Universidade Estadual de Campinas – 46068425/0001-33	11.890,00	Inadequada	NA	NA	Adequado Art. 25, II, Lei 8666/93
014/2010	Bionexo Brasil Ltda – 04069709/0001-02	181.226,64	Adequada	NA	NA	Adequado Art. 25, II, Lei 8666/93
044/2010	Medical Technologies Innovator, Inc – EX2500529 -	1.083.635,28	Adequada	NA	NA	Adequado Art. 25, I, Lei 8666/93
018/2010	Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos Para Biotecnologia Ltda – 63067904/0001-54	997.268,78	Adequada	NA	NA	Adequado Art. 25, I, Lei 8666/93
001/2010	Dianix Comércio e Representação Ltda – 02206208/0001-97	44.831,64	Adequada	Devida Pregão Eletrônico	NA	NA
233/2009	Promédica Produtos Hospitalares Ltda –		Adequada	Devida	NA	NA

N.º da Licitação	Contratada	Valor Liquidado (R\$)	Oportunidade e Conveniência do motivo da licitação	Modalidade de Licitação	Fundamento da dispensa	Fundamento da inexigibilidade
	02004624/0001-02  Color Star 2004 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda – 06111429/0001-32  JMS Comércio e Fornecimento Ltda – 03293901/0001-07  Good-Fix 2002 Comercial Ltda – 04967344/0001-04	344.152,66		Pregão Eletrônico		
083/2010	Portubras Engenharia Ltda - 03347240/0001-55	437.332,00	Adequada	Devida  Pregão Eletrônico	NA	NA
092/2010	Portubras Engenharia Ltda -  03347240/0001-55	416.079,99	Adequada	Devida  Pregão Eletrônico	NA	NA
026/2010	CMA Elevadores Ltda - 40348641/0001-56	803.333,00	Adequada	Devida  Pregão Eletrônico	NA	NA
107/2010	Construtora OCP Ltda  01594509/0001-72	782.289,00	Adequada	Devida  Pregão Eletrônico	NA	NA
128/2010	Universal ACM Diagnóstica Comércio e Representação Ltda  07167502/0001-50	355.242,54	Adequada	Pregão Eletrônico	NA	NA
009/2010	CEI Comércio Exportação e Importação de Materiais Médicos Ltda -	63.200,00	Adequada	Devida  Concorrência	NA	NA

N.º da Licitação	Contratada	Valor Liquidado (R\$)	Oportunidade e Conveniência do motivo da licitação	Modalidade de Licitação	Fundamento da dispensa	Fundamento da inexigibilidade
	40175705/0001-64  Politec Importação e Comércio Ltda - 43894609/0001-64			Internacional		
005/2010	Biogen Comercial e Distribuidora Ltda - 01547208/0001-98 e MG2 Trade Corporation -EX2505226  Importação Indústria e Comércio Ambriex SA -  33022294/0001-01 e Prolab Sales Inc. EX2505227	174.796,80	Adequada	Devida  Concorrência Internacional	NA	NA
006/2009	Laboratórios Bagó S.A –  04748181/0001-90	838.800,00	Adequada	Concorrência Internacional	NA	NA
003/2010	CCL Central de Curativos e Produtos Especializados Ltda EPP - 02657061/0001-51  CEI Comércio Exportação e Importação de Materiais Médicos Ltda - 40175705/0001-64  Conexão Comércio e Representação de Material Hospitalar Ltda - 01822335/0001-58  Partners Comércio de Representações Ltda	513.046,64	Adequada	Concorrência Internacional	NA	NA

N.º da Licitação	Contratada	Valor Liquidado (R\$)	Oportunidade e Conveniência do motivo da licitação	Modalidade de Licitação	Fundamento da dispensa	Fundamento da inexigibilidade
	-72386576/0001-40 e Unit Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda – 66969262/0001-77					
		* 10.555.866,31				

Fonte: Processos analisados

\* Valor total excluídas as despesas classificadas como "Não se Aplica"

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

A seguir, o quantitativo de servidores da Unidade Jurisdicionada, por categoria funcional, referente aos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Informe-se que o quantitativo de servidores apresentado no Relatório de Gestão está consistente com o do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Quadro 7 - Quantitativo de servidores do INCA, em 31/12/2010

Situação Funcional	Quantidade por ano		
	2008	2009	2010
Ativo Permanente	2.157	2.068	2.147
Aposentado	950	1.017	1.091
Requisitado	4	4	2
Requisitado de Outros Órgãos	0	0	1

Situação Funcional	Quantidade por ano		
	2008	2009	2010
Nomeado em Cargo Comissionado	22	21	19
Sem vínculo	146	167	183
Cedido	20	15	14
Contrato Temporário	497	484	471
Exercício Descentralizado de Carreira	1	0	0
Beneficiário de Pensão	191	201	212
Total	3.988	3.977	4.140
Fonte: SIAPE.			

Nos últimos três anos, não há variações relevantes no quantitativo de pessoal da Unidade.

O pequeno incremento no total de ativo permanente, ocorrido nesse exercício, foi devido ao concurso realizado para o preenchimento de 191 vagas abertas com as aposentadorias. Em dezembro de 2010, o INCA recebeu autorização para o preenchimento de mais 1.083 vagas, as quais deverão ser preenchidas até maio de 2011.

No tocante ao quadro de aposentados, o crescimento que ocorre é natural, pois 36% dos servidores do INCA estão na faixa etária compreendida entre 51 a 60 anos e 7% acima de 60 anos.

Em relação à observância da legislação na gestão de recursos humanos, a partir de consulta realizada no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), tendo como referência o mês de outubro de 2010, selecionamos cinco ocorrências para verificação.

Quadro 8 - Ocorrências na área de gestão de recursos humanos

Ocorrência	Quantidade de servidores	Quantidade de servidores
------------	--------------------------	--------------------------



	analisados	confirmados na ocorrência
Servidores com ocorrência no SIAPE de aposentadoria com provento proporcional e que estão recebendo provento integral	7	0
Servidores com idade igual ou superior a 70 anos ainda na situação de ativo permanente	6	0
Servidores que receberam auxílio alimentação em valores divergentes àqueles estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	143	9
Servidores cedidos e requisitados	16	0
Servidores aposentados por invalidez que estão ocupando cargo efetivo na Administração Pública Federal	3	1
Pagamentos indevidos, por intermédio do contrato n.º 151/2008 com a Fundação Ary Frauzino (FAF), a servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no INCA, submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço	26	26
Fonte: SIAPE e Papéis de Trabalho.		

Para três ocorrências, a análise demonstrou que os procedimentos adotados pelo INCA estão em consonância com a legislação aplicável aos processos da área de pessoal.

Com relação à ocorrência de servidores aposentados por invalidez ocupando cargo na Administração Pública Federal, foi confirmado um caso, que, levado ao conhecimento da UJ, esta deu início às providências para nova avaliação da saúde da servidora aposentada por invalidez.

Quanto aos servidores que receberam auxílio alimentação em valores divergentes daqueles estabelecidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram confirmados nove casos. Entretanto, a UJ informou que o SIAPE permite a ela somente cadastrar a jornada de trabalho do servidor e a opção pelo auxílio, sendo o cálculo gerado automaticamente e de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A UJ, em 31/12/2010, contava com treze servidores cedidos e três servidores requisitados. Para verificação da regularidade desses processos, selecionamos a documentação relativa a oito servidores cedidos e três servidores requisitados. Por meio da amostra, constatamos que os

processos estão embasados na legislação pertinente.

Em relação ao Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessões (SISAC), exercício 2010, a UJ realizou os lançamentos dos atos de aposentadoria, pensão e admissão passíveis de registro no referido sistema.

Quanto aos pagamentos indevidos, evidenciamos que as planilhas de cobrança do contrato n.º 151/2008, mantido com a FAF, abrangia cargos já existentes na estrutura do INCA, bem como havia servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no INCA, submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, não havendo justificativa para a criação, contratação e realização de pagamentos para esses cargos por intermédio desse contrato, uma vez que as remunerações dos cargos públicos da Administração Pública Federal já são efetivadas via SIAPE. O montante considerado indevido, calculado de outubro de 2008 a maio de 2010, somou R\$ 5.269.629,68 (cinco milhões duzentos e sessenta e nove mil seiscentos e vinte e nove reais e sessenta e oito centavos).

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

Em consulta realizada no Portal de Pesquisa Textual do Tribunal de Contas da União, identificamos quatro acórdãos contendo determinações à Unidade Jurisdicionada. Embora em tais documentos não houvesse determinação expressa para o acompanhamento por parte desta Controladoria, foi possível verificar que o atendimento às deliberações apresentava-se da seguinte forma em 31/12/2010:

- (a) Acórdão 50/2010, da Segunda Câmara, com 100% das determinações atendidas (1 determinação);
- (b) Acórdão 6105/2010, da Primeira Câmara, com 100% das determinações parcialmente atendidas (1 determinação);
- (c) Acórdão 2923/2010, do Plenário, com 57% das determinações atendidas (4 determinações), 14% não atendida (1 determinação) e 29% parcialmente atendidas (2 determinações); e
- (d) Acórdão 3076/2010, do Plenário, com 100% das determinações não atendidas, porém, ressalte-se, o INCA ainda está no prazo dado pelo TCU para o cumprimento dos itens desse acórdão.

Para as determinações não atendidas ou parcialmente atendidas, cabe destacar que a Unidade já iniciou os procedimentos visando o cumprimento dos itens.

Quanto às recomendações desta Controladoria, expedidas em 2010 e em 2009 mediante os respectivos Relatórios de Auditoria, houve atendimento para 84% do total das recomendações. Cumpre informar que existem duas recomendações com impacto na gestão que estão pendentes de atendimento relativas ao Relatório de Auditoria n.º 244027 (constatação 12 – 2 recomendações).

O INCA não possui órgão de controle interno. Também não há previsão de sua existência em seus

regulamentos e estatutos.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Em consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, verificamos que não houve ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos.

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

O INCA apresentava, em 31/12/2010, os seguintes valores de empenhos inscritos em restos a pagar no exercício distribuídos por programa:

Quadro 9 - Inscrição em restos a pagar do exercício por programa

Programa	Processados (R\$)	Não Processados (R\$)	Total Inscrito (R\$)	%
1220 - Assistência Ambulatorial e Especializada	10.475.627,02	43.186.352,50	53.661.979,52	97,7
0016 - Gestão da Política de Saúde	-	122.029,50	122.029,50	0,2
1444 - Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	-	385.948,53	385.948,53	0,7
1446 - Implementação da Política de Promoção à Saúde	52.449,24	690.303,89	742.753,13	1,4
Total	10.528.076,26	44.384.634,42	54.912.710,68	100,0

Fonte: SIAFI Gerencial.

Quadro 10 - Valores de Restos a Pagar Inscritos em 2010 (R\$)

Restos a Pagar inscritos em 2010(A)	Restos a Pagar analisados (B)	Percentual analisado (B)/(A)
54.912.710,68	17.741.878,85	32,3%
Fonte: SIAFI Gerencial e papéis de trabalho.		

Por meio de amostragem direcionada aos casos de maior materialidade e após análise da documentação apresentada pela Unidade, constatamos a regularidade dos restos a pagar inscritos no exercício de 2010, os quais estavam aderentes aos incisos do artigo 35 do Decreto n.º 93.872/1986.

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Não houve transferência de recursos pela Unidade, conseqüentemente não houve chamamento público.

#### 4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Conforme verificado nos processos analisados por amostragem, o INCA registra os dados de contratos no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG). Não houve convênios vigentes em 2010, portanto, não houve registros no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV).

#### 4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Foi verificado, por amostragem, que os dirigentes do INCA disponibilizaram o acesso às suas declarações de bens e rendas junto à Receita Federal, porém há fragilidade no controle da entrega desses dados.

#### 4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

Embora 61,5% dos quesitos do Quadro “Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis” de seu Relatório de Gestão sejam avaliados como “parcialmente ou totalmente inválidos”, o INCA tem adotado critérios de sustentabilidade ambiental. Por se tratar de uma instituição hospitalar não há que se adquirir a maioria de seu material de consumo prevendo sua reutilização, reciclagem ou

reabastecimento, uma vez que este tipo de material deve ser incinerado em locais apropriados. Dentro do possível, a Unidade adota as práticas para uma gestão sustentável em termos ambientais.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Em consulta realizada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) identificamos vinte imóveis em utilização pelo INCA, no exercício de 2010.

Quadro 11 - Localização geográfica dos imóveis

Localização	Quantidade Total de Imóveis de Uso Especial sob a Responsabilidade da UJ	
	2009	2010
Brasil – Rio de Janeiro	20	20

Fonte: SPIUnet e Relatório de Gestão.

Verificamos que as informações relativas aos imóveis, registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), no SPIUnet e no inventário, apresentam compatibilidade.

Quanto à avaliação dos imóveis, todos os Registros Imobiliários Patrimoniais (RIP) estão com a data de validade atualizada no SPIUnet.

O inventário de bens imóveis da UJ, exercício 2010, foi realizado por comissão formalmente designada e nele estavam consignados todos os imóveis registrados no SPIUnet.

No tocante à manutenção e conservação desse patrimônio, a estrutura da UJ conta com uma Divisão de Engenharia, à qual compete programar, supervisionar e acompanhar as atividades de obras, instalações, manutenção predial, equipamentos e reformas das suas unidades.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI engloba a estratégia do INCA na gestão da Tecnologia da Informação. Este documento foi elaborado pelo Comitê Gestor de Informática e homologado pelo Conselho Deliberativo. As diretrizes estabelecidas no PDTI alinham-se à sua missão institucional, bem como ao planejamento estratégico do Governo Federal, e se originaram do planejamento anual da Unidade.

O documento contém os objetivos a serem alcançados pelo INCA a partir da identificação de suas necessidades considerando seu patamar atual na área de tecnologia da informação, seus recursos, bem como a consolidação de sua base de dados. Os projetos delineados estão estruturados com justificativas, objetivos, resultados esperados e métodos.

Quanto à Política de Segurança de Informação do INCA, esta foi formalizada em um documento contendo normas gerais de segurança. A segurança de informação é gerida pela área de Recursos Tecnológicos da Divisão de Tecnologia da Informação. O documento possui escopo delimitado ao uso dos recursos de informática, não englobando a confidencialidade, integridade ou disponibilidade de documentos/informações físicas. Embora contenha uma política de controle de acesso geral, ressentimos da ausência de uma política para a Gestão de Continuidade de Negócios, contendo Plano de Gerenciamento de Incidentes, Plano de Continuidade de Negócios ou Plano de Recuperação de Negócios.

A estrutura de recursos humanos na área de tecnologia da informação compôs-se de 97 pessoas com formação específica em informática e engenharia eletrônica, possuindo 12 profissionais com nível de pós-graduação, 17 com nível técnico e o restante com nível superior. O percentual de terceirizados alcançou 95% do total.

O desenvolvimento de sistemas segue uma metodologia e é documentado, abrangendo cada etapa de seu desenvolvimento.

A contratação de serviços na área de tecnologia da informação prevê acordo de níveis de serviço, conforme verificado nos contratos analisados.

5. Entre as constatações identificadas pela equipe, aquelas nas quais foi estimada ocorrência de dano ao erário são as seguintes:

#### 1.1.2.1 -

Pagamentos indevidos, por intermédio do contrato n.º 151/2008 com a Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer (FAF), a servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no INCA, submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, no montante de R\$ 5,2 milhões, de outubro de 2008 a maio de 2010, sendo R\$ 2,7 milhões referentes à criação e à contratação de cargos já existentes na estrutura do Instituto.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Rio de Janeiro/RJ, 10 de junho de 2011.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**CERTIFICADO DE AUDITORIA**

**CERTIFICADO N°** : 201108818  
**UNIDADE AUDITADA** : 250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ  
**EXERCÍCIO** : 2010  
**PROCESSO N°** : 25410.001076/2011-12  
**MUNICÍPIO - UF** : Rio de Janeiro - RJ

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010, praticados no período de **01/01/2010 a 31/12/2010**.

2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da unidade auditada.

3. A partir dos exames realizados, as seguintes constatações, que estão detalhadas no respectivo Relatório de Auditoria, impactaram de forma relevante a gestão da unidade examinada, sendo necessária a atuação e acompanhamento das providências preventivas e/ou corretivas por parte dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010:

1.1.2.1

Pagamentos indevidos, por intermédio do contrato n.º 151/2008 com a Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer (FAF), a servidores ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança no INCA, submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, no montante de R\$ 5,2 milhões, de outubro de 2008 a maio de 2010, sendo R\$ 2,7 milhões referentes à criação e à contratação de cargos já existentes na estrutura do Instituto.

4. Assim, em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108818, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações a seguir especificadas:



4.1 Agentes com proposta de encaminhamento pela gestão **IRREGULAR**:

<b>Cargo</b>	<b>Constatação</b>
Diretor Geral no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	1.1.2.1
Coordenador Geral de Administração e Recursos Humanos no período de 1/1/2010 até 31/12/2010	1.1.2.1

5. Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63/2010 que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento para julgamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação denexo de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

Rio de Janeiro/RJ, 6 de julho de 2011

---

MARISA PIGNATARO  
Chefe da CGU-Regional/RJ



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO**

**PARECER DO DIRIGENTE DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO Nº : 201108818  
EXERCÍCIO : 2010  
PROCESSO Nº : 25410.001076/2011-12  
UNIDADE AUDITADA : 250052 - INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ  
MUNICÍPIO - UF : Rio de Janeiro - RJ

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da CGU quanto ao processo de contas do exercício sob exame, da Unidade acima referida, expresso, a seguir, opinião conclusiva, de natureza gerencial, sobre os principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria, em decorrência dos trabalhos conduzidos por este órgão de controle interno sobre os atos de gestão do referido exercício.

2. Não foram identificados elementos que evidenciassem avanços marcantes na gestão avaliada.

3. A constatação oriunda dos trabalhos de Auditoria de Avaliação da Gestão do exercício de 2010 do INCA refere-se à utilização de recursos para pagamento de despesas com locação de mão-de-obra terceirizada da Fundação Ary Frauzino - FAF, por meio do Contrato n.º 151/2008, que não se traduziu em aumento de força de trabalho, visto que houve contratação de profissionais para cargos já existentes na estrutura do INCA, assim como pagamento de servidores já ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança na Entidade, todos de dedicação exclusiva. Sendo assim, foi evidenciado que tais serviços contratados não foram efetivamente prestados. Essa situação redundou na certificação pela irregularidade das contas do exercício 2010 dos gestores responsáveis pela contratação da FAF.

4. Essa constatação teve como causas a criação, pela Direção do INCA e pela Fundação Ary Frauzino, de um Plano de Classificação de Cargos para atender as necessidades do Instituto, com tabela de remuneração própria, ao qual foram incluídos cargos já existentes na estrutura do INCA, bem como a realização do Contrato n.º 151/2008, por meio do qual se remunerou e/ou se complementou a remuneração de servidores ocupantes desses cargos, que já recebiam, via SIAPE, a gratificação prevista para o exercício da função. Com o intuito de sanar tais falhas, foi

recomendado à Unidade que providencie, junto à FAF, a devolução ao erário dos valores referentes aos casos analisados, que adote providências para que os pagamentos relativos ao Contrato n.º 151/2008 somente sejam realizados mediante a efetiva contraprestação do serviço pela contratada, não liquidando despesas referentes a valores de cobranças relativas a servidores que são remunerados/gratificados via SIAPE e que promova gestões junto ao Ministério da Saúde com vistas a subsidiar a alteração de estrutura de recursos humanos do INCA

5. Observou-se que 84% das recomendações expedidas pela Controladoria-Geral da União relacionadas às contas do INCA de 2008 e 2009 foram atendidas. Entretanto, ainda existem duas recomendações relativas às contas de 2009 que têm impacto na gestão e que estão pendentes de atendimento, quais sejam: conferência dos custos e identificação dos valores cobrados a maior, assim como devolução, pela contratada, desse montante cobrado a maior.

6. Em relação aos controles internos da Unidade, verificamos que há procedimentos e normas administrativas formalizadas. Contudo, a Unidade apresenta fragilidades na comunicação interna, no setor de licitações e nos controles da área de recursos humanos. É importante mencionar, ainda, que em 2010 foram instaurados 70 processos de sindicância para apuração de fraudes e desvios.

7. Como prática administrativa que resultou em impacto positivo na gestão destaca-se a aplicação de indicadores que atendem aos critérios de utilidade e mensurabilidade e que são utilizados para a tomada de decisão.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília, 6 de julho de 2011

---

JOSÉ GUSTAVO LOPES RORIZ

Diretor de Auditoria da Área Social